

3

Psicologia de Gênero

Historicamente, a maioria das considerações psicológicas sobre gênero têm sido androcêntricas e têm maximizado as diferenças. Estabelecendo as diferenças sexuais como fundamentais à natureza humana, exaltavam-se os traços masculinos, considerados a norma dominante. Somente com o movimento feminista na década de 1960 é que este dismorfismo passou a ser questionado, o que têm caracterizado significativamente a teoria e pesquisa psicológica sobre gênero.

Os estudos psicológicos, acompanhando as mudanças ocorridas nos estudos de gênero, apresentam perspectivas diversas, desde teorias e práticas voltadas às mulheres, até teorias e práticas voltadas aos homens¹. Contudo, como em qualquer estudo de gênero, as discussões sobre o tema são promovidas principalmente por mulheres, e na psicologia não é diferente, conforme se observa ao longo deste capítulo.

O termo “gênero” surgiu para fazer contraste a termos como “sexo”, ou “diferenças sexuais”, com o objetivo de criar um espaço, no qual diferenças sociais mediadas possam ser exploradas a parte das diferenças biológicas. Ou seja, o que constitui a diferença sempre foi uma questão dos estudos de sexo e de gênero.

Os estudos psicológicos de gênero, em geral, têm focado na diferença. Embora existam inúmeros estudos, ainda não se chegou a nenhuma conclusão sobre o que seria genuinamente masculino ou feminino. Os métodos empregados para se trabalhar com as diferenças também são diversos, porém, todos têm sido alvo de críticas. Apesar disso, até hoje, muitos psicólogos aceitam as significações culturais das diferenças de gênero, e suas pesquisas ofereceram justificativas científicas para sustentar tais diferenças e a decorrente desigualdade de gênero.

Entretanto, paralelamente, alguns psicólogos [Bohan, 1993; Hare-Mustin e Marecek, 1988; Marecek, 2001; Rampage e Avis, 1998], atentando para estas vicissitudes, e inspirados pelo movimento psicológico crítico e pelo pensamento pós-moderno, passaram a ter um olhar cético para com os estudos de gênero.

Focando nas relações entre linguagem, significado e poder, investigam os sentidos, especialmente, na linguagem e nos processos de representação. Neste sentido, eles vêm questionando as significações culturais e científicas de gênero, assim como as suposições pré-teóricas da psicologia, sua história, e as relações sociais que moldavam o campo e influenciavam a produção do conhecimento.

3.1 Um olhar crítico

Hoje, a principal compreensão de gênero presente na maioria dos estudos psicológicos sobre o tema - e no imaginário popular -, ainda o concebem como um agente, uma força que impele os indivíduos a agirem de forma diferente, segundo sua configuração sexual. Sob esta perspectiva e interessados nas diferenças de gênero, os psicólogos têm investigado uma coleção de atributos pessoais de homens e mulheres, como papéis, traços de personalidade, autoconceitos, atitudes, valores, comportamentos e sintomas psicológicos (Marecek, 2001).

Segundo Marecek (2001), a maioria dos psicólogos devotados ao assunto, tem como um dos objetivos centrais encontrar a verdadeira mensuração de homens e mulheres. Através da tecnologia científica tradicional, os pesquisadores utilizam-se de escalas, inventários, e outros instrumentos padronizados para quantificar os atributos de cada sexo.

Esta perspectiva de gênero, predominante nos estudos psicológicos, se encaixa na concepção de Bohan (1993) sobre abordagens essencialistas. Conforme a autora, designar uma abordagem como essencialista não é dizer que se trata de um determinismo biológico de gênero. A perspectiva essencialista concebe gênero como localizado dentro do indivíduo, como um traço ou qualidade que descreve a personalidade do sujeito, seus processos cognitivos, seus julgamentos morais, etc. Ou seja,

Essentialist models, thus, portray gender in term of fundamental attributes that are conceived as internal, persistent, and generally separate form the on-going experience of interaction with the daily sociopolitical contexts of one's life. (Bohan, 1993, p.7)²

¹ Apresentadas no capítulo 4 - Masculinidade.

² O modelo essencialista, então, descreve gênero em termos de atributos fundamentais que são concebidos como internos, persistentes e, normalmente, separados da constante experiência de interação existente no contexto sóciopolítico diário da vida do indivíduo (tradução nossa).

Os estudos psicológicos de gênero, embasados na metodologia tradicional têm buscado as verdadeiras diferenças e similaridades entre homens e mulheres. Embora tenham emergido outros focos de análise na psicologia de gênero, a definição das diferenças tem sido o objetivo mais comum dentre os estudiosos deste campo nos últimos 100 anos. As distinções entre homens e mulheres é um dos poucos campos de estudo de gênero que atrai a atenção dos não-especialistas, o que, segundo Marecek (2001), é surpreendente, considerando o pouco valor teórico destes trabalhos e seu limitado poder explanatório. Para a autora, a popularidade dos estudos das diferenças de gênero, apesar de seu pouco mérito científico, ressalta o caráter ideológico a que servem estes estudos.

Dentre os estudos psicológicos de gênero que não focam na diferença, estão aqueles que priorizam o contexto e a subjetividade. Pesquisas nesta área têm chamado atenção aos processos estruturais, sistêmicos, culturais e institucionais que regulam os comportamentos de gênero. Por exemplo, Deux e Major (1987 *apud* Marecek, 2001) conceitualizaram gênero como relações prescritas socialmente entre homens e mulheres; Stacey e Thorne (1985 *apud* Marece, 2001), definiram gênero como um princípio organizador das relações sociais e da hierarquia social; Hurtado (1989 *apud* Marecek, 2001) estabeleceu gênero como um conjunto de marcas sociais que atribuem privilégios e *status*. Esta compreensão contextual e subjetiva de gênero permitiu observar o quanto ele é entrecruzado por outras categorias sociais, como raça, classe social, idade, e, assim, ressaltar as diferenças existentes entre mulheres, quanto ao acesso ao poder e a outros recursos sociais.

Salienta-se dentre as perspectivas feministas que valorizam o contexto, um grupo de psicólogas que têm conceitualizado gênero como um sistema de sentidos que estrutura as relações entre homens e mulheres. Os adeptos desta perspectiva compreendem a linguagem, não como regras pelas quais as sentenças se formam, mas como um processo que intermedia a vida cognitiva e a comunicação.

A linguagem não é apenas um simples espelho da realidade, ou um instrumento neutro. Ela acentua e destaca certas características dos objetos por ela representados, certos sentidos de situações descritas. Quando uma designação da linguagem é aceita, ela encerra o que designa naquele conceito. A linguagem, inevitavelmente, estrutura a experiência de um indivíduo sobre a realidade, assim como a experiência dos outros para quem o indivíduo se comunica.

Linguagem e significado são importantes recursos manipulados por aqueles que estão no poder. Ao longo da história, os homens tiveram maior acesso à educação e, conseqüentemente, maior domínio sobre a linguagem, do que as mulheres. Por isso, até hoje, os homens têm sido os principais representantes na literatura e na imprensa. Embora nem todos os homens tenham influência sobre a linguagem, aqueles que o têm, possuem a autoridade e o poder de criar o mundo sobre o seu ponto de vista, segundo a imagem dos seus desejos.

Atualmente, no âmbito da maioria dos campos científicos, dois movimentos pós-modernos, o construtivismo e a desconstrução, têm desafiado a idéia de um único sentido da realidade, e têm discutido como esses sentidos são representados. Ambas as perspectivas, defendem que os sentidos são historicamente situados, e construídos e reconstruídos através da mediação da linguagem.

A construção social de gênero que, segundo Bohan (1993), normalmente, é confundida com a socialização de gênero, não se resume à conclusão de que gênero não é um traço do indivíduo, mas sim uma produção social. Argumentar que gênero é construído socialmente, implica reconhecer que se trata de um constructo que identifica transações particulares que são compreendidas como apropriadas a cada sexo.

Gender so defined is not resident in the person but exist in those interactions that are socially construed as gendered. From this view, relationality or morality is a quality of interaction not of individuals, and it is not essentially connected with sex. What it means to term a transaction feminine or masculine is socially agreed upon and is reproduced by the very process of participating in that transaction³ (Bohan, 1993, p.7).

A distinção entre os pontos de vista essencialista e construtivista de gênero não está em sua origem, mas sim em sua localização. Bohan (1993) explica melhor a diferença entre estas perspectivas por meio da seguinte analogia: comparando a diferença entre se descrever uma pessoa como amigável e descrever uma conversa como amigável. No primeiro caso, o amigável é um traço da pessoa, uma característica “essencial” da sua personalidade. Esta seria uma analogia a perspectiva essencialista de gênero, que o localiza na pessoa. No

³ Gênero, então, assim definido não reside na pessoa, mas existe naquelas interações que são socialmente construídas como “generificadas”. Sob esta perspectiva, a “relacionalidade” ou a moralidade são uma qualidade da interação e não do indivíduo, e que não está essencialmente relacionada ao sexo. O significado em denominar uma transação como feminina ou masculina é

segundo caso, o amigável é uma característica da interação que ocorreu entre as pessoas, ou seja, o amigável foi um sentido particular que foi acordado entre os participantes, que tem sentido compatível com o encontrado em seus grupos sociais de referência, e é reafirmado pelo processo de engajamento nesta interação. Esta perspectiva representa a perspectiva construtivista de gênero que o concebe como resultante da interação.

Como salienta Bohan (1993), se amigável variasse com o gênero, os essencialistas poderiam dizer que as mulheres são mais amigáveis do que os homens. Independente de que esta qualidade se originasse da socialização, de imperativos biológicos, ou da interação de ambos, amigável passaria a ser um traço feminino. A perspectiva construtivista, porém, comenta Bohan, argumentaria que a transação amigável é um produto de acordos sociais sobre o caráter apropriado de certos comportamentos. O ser amigável torna-se “generificado”, pela perspectiva construtivista, quando a diferente exposição de homens e mulheres aos contextos que eliciam comportamentos amigáveis estabelece associações entre sexo biológico e o “como ser amigável”.

A desconstrução, por sua vez, é um método de investigação que foca sua atenção nos sentidos escondidos nas metáforas inseridas na cultura. A aplicação da desconstrução ao discurso de terapeutas tem mostrado como metáforas tão simplistas de gênero obscurecem e marginalizam sentidos alternativos de gênero (Hare-Mustin e Marecek, 1988).

Nas perspectivas do construtivismo e da desconstrução a linguagem é o foco de estudo, pois os sentidos são criados e transformados por ela. A linguagem não é apenas um método descritivo, ela constrói os sentidos e a realidade no momento em que é empregada.

A seguir, sobre o olhar construtivista, apresentam-se algumas das contribuições e implicações dos estudos psicológicos de gênero.

3.1.1 O essencialismo

A visão essencialista, presente na maioria dos estudos psicológicos de gênero, consiste em perceber gênero como algo inerente ao indivíduo, seja como

socialmente acordado, e é reproduzido pelo próprio processo de participação na transação (tradução nossa).

uma qualidade ou traço de personalidade, processo cognitivo, moral ou de julgamento, etc. Neste sentido, as abordagens essencialistas tratam gênero como um atributo fundamental que é concebido como interno, persistente, e que normalmente não se relaciona com o contexto sociopolítico do indivíduo.

Afirmações universalistas estão na base do modelo metodológico e teórico do essencialismo. Assim sendo, as pesquisas deste campo generalizam as experiências de gênero dos sujeitos e as descrevem como sendo iguais para todos do grupo em questão.

As investigações psicológicas sobre gênero têm privilegiado a diferença entre o masculino e o feminino (Bohan, 1993; Hare-Mustin e Marecek, 1988; Marecek, 2001). Ao analisar o sentido de gênero na psicologia, Hare-Mustin e Marecek (1988) constataram que há dois movimentos neste campo teórico. O primeiro, que elas chamam de alfa-bias, caracteriza-se pela exageração das diferenças entre homens e mulheres, sempre contrastando um com outro. E o segundo movimento, que elas chamam de beta-bias, caracteriza-se pela minimização das diferenças, o qual pode ser observado em trabalhos que privilegiam a similaridade e igualdade entre homens e mulheres.

O bias, neste caso, refere-se à inclinação sistemática de enfatizar ou ignorar certos aspectos da experiência. Esta formulação relacional das bias baseia-se na idéia de que todo conhecimento é influenciado pelo ponto de vista do observador. Conforme Hare-Mustin e Marecek (1988), assumir um ponto de vista foi considerado por algumas teóricas feministas como uma estratégia para gerar novos conhecimentos.

Assim sendo, pesquisas que focam nas diferenças produzem certas conclusões, enquanto pesquisas que focam nas semelhanças produzem outras. No primeiro caso, com o objetivo de estabelecer e reafirmar diferenças, estão, segundo Hare-Mustin e Marecek (1988), por exemplo, as teorias feministas psicodinâmicas como as de Belenky et al. (1986), Chodorow (1978), Gilligan (1982) e Miller (1976). No segundo caso, estão os interessados em reexaminar gênero, e tentar diminuir a ênfase na diferença, separando o que seriam diferenças genuínas entre machos e fêmeas, dos estereótipos de gênero. Além disso, esta linha de investigação percebe as diferenças como resultantes da cultura e não do biológico, sendo a maioria das diferenças entre machos e fêmeas compreendidas como resultantes da cultura e da história (Bohan, 1993; Hare-Mustin e Marecek,

1988; Marecek, 2001).

A exageração das diferenças ou alfa-bias

A visão de macho e fêmea como diferentes e opostos, ou seja, como tendo qualidades mutuamente excludentes, transcende a cultura ocidental e tem profundas raízes históricas. Conforme Hare-Mustin e Marecek (1988), a idéia de macho e fêmea como oposição está presente na filosofia oriental e nas obras de filósofos ocidentais como Aristóteles, Aquinas, Bacon e Descartes, da teoria liberal de Locke ao romantismo de Rousseau. Sendo que o homem era a norma, e a mulher era aquela que, simplesmente, não era masculina.

A perspectiva alfa-bias, segundo Hare-Mustin e Marecek (1988), tem sido o ponto de vista prevalecente ao longo da história. O modelo científico proposto por Bacon, por exemplo, era baseado em distinções entre a razão masculina e seus opostos femininos, a paixão e a luxúria. Seu modelo científico refletia a situação da mulher em sua época. Enquanto a natureza era representada como fêmea, que deveria ser submetida, subjugada, torturada e forçada a liberar seus segredos; a mulher, que vivia restrita ao âmbito privado, se apresentasse algum conhecimento que os homens não abarcassem, como a feitiçaria, por exemplo, era repudiada.

Conforme Hare-Mustin e Marecek (1988), na Psicologia, a exageração das diferenças de gênero tem atraído muitas teóricas feministas, e pode ser observada especialmente nas teorias psicodinâmicas. A teoria freudiana, por exemplo, toma a masculinidade e a anatomia dos homens como modelos da humanidade, sendo a feminilidade e a anatomia da mulher como desvios destes. A Psicologia Analítica, por sua vez, coloca a feminilidade e a masculinidade em oposição ao conceituar *anima* e *animus*.

As teorias psicodinâmicas mais recentes também salientam que a experiência da mulher é muito diferente da experiência do homem. Erikson, por exemplo, em 1964, estabeleceu que a identidade feminina seria adjetivada no espaço interno devido a características biológicas, psicológicas e a um compromisso ético em cuidar das crianças humanas, o que produziria uma alma sensível. Já a identidade masculina seria associada ao espaço externo que envolve intrusão, excitação e mobilidade, que levariam a condutas de conquista, de dominação política, e de busca de aventura. Na perspectiva pós-estruturalista de Lacan (1985), por sua vez, observam Hare-Mustin e Marecek (1988), as mulheres

são a linguagem externa/estrangeira, discurso público, cultura e lei. A fêmea é definida não pelo que ela é, mas pela ausência ou falta do falo como significado primeiro. Ou seja, todas estas teorias ignoram as similaridades entre homens e mulheres e enfatizam as diferenças.

A teoria do papel sexual de Parsons, que dominou as teorias sexuais de 1950 e 1960, também exalta as diferenças entre machos e fêmeas. Parsons (Parsons e Bales, 1956) ao definir que os homens eram experimentais e as mulheres expressivas, estabeleceu que os homens eram orientados para tarefas, enquanto que as mulheres eram orientadas para sentimentos e relacionamentos. A teoria dos papéis sexuais de Parsons ficou conhecida por fornecer bases científicas para homens e mulheres viverem em esferas separadas. A natureza masculina os voltava para buscar trabalho no âmbito público, e as mulheres se tornaram as primeiras bem-feitoras por manter suas necessidades em segundo plano aos da família, e por realizar doações altruísticas de seus serviços a outros. Parsons acreditava que a separação de homens e mulheres em âmbitos distintos era funcional e reduzia os conflitos dentro da família, preservando assim a harmonia. A definição de papel de Parsons levada adiante, serviu para distinguir indivíduos e famílias normais daqueles que eram patológicos ou patogênicos. Contudo, para muitos teóricos, a própria linguagem da teoria do papel sexual convencionava fortemente o senso de que as funções de cada sexo são fixas e dicotômicas, assim como separadas e recíprocas (Connell, 1995; Louro, 1997; Hare-Mustin e Marecek, 1988; West e Zimmerman, 1987).

Na década de 1980, com o Feminismo Cultural, a alfa-bias, ou a exageração das diferenças, ganhou muita força. Esse movimento feminista encorajava a cultura da mulher, celebrava as qualidades especiais desta e valorizava as relações entre as mulheres como uma forma de escapar ao sexismo da grande sociedade. A ênfase na especial natureza da mulher, e em sua riqueza de experiências internas, tornaram-se recursos importantes para as feministas culturalistas, que tiveram entre suas representantes, Chodorow (1978), com seu livro *“The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender”*, e Gilligan (1982), com o *“In a different voice: psychological theory and women’s development”* (Bohan, 1993; Hare-Mustin e Marecek, 1988; Marecek, 2001).

Na década de 1990, foi a vez da psicologia evolucionista tratar do paradigma das diferenças de gênero. Estabelecendo a diferença sexual entre

homens e mulheres como natural, universal, fixa e geneticamente determinada, exacerbava-se as diferenças entre os sexos. Segundo Marecek (2001), os adeptos desta perspectiva, tendo a natureza do homem como foco, defendiam condutas masculinas como vantajosas à sobrevivência da espécie. Adeptos à perspectiva heterossexual, justificavam a atração sexual entre pessoas de sexo oposto como natural; pontuavam as aventuras sexuais, a infidelidade e a promiscuidade como inclinações masculinas; e proviam origens evolucionistas às condutas dos homens de coerção sexual e estupro.

A minimização das diferenças ou beta-bias

A tendência em minimizar ou ignorar as diferenças tem sido menos proeminente na teoria psicológica, havendo, por isso, pouco a se comentar. Até recentemente, beta-bias não tem sido notada nas teorias da personalidade e de desenvolvimento adulto. Observa-se que nas últimas décadas, as pesquisas em Psicologia deram prioridades às observações de machos, privilegiando-se assim a conduta e a experiência dos homens como referências para a humanidade. Generalizações sobre o desenvolvimento humano basearam-se somente no curso de vida dos homens, o que representa uma visão parcial da humanidade e ignora muitas diferenças nas experiências de homens e mulheres (Hare-Mustin e Marecek, 1988).

Ignorar o contexto social e diferenças na avaliação social reflete a beta-bias. Homens e mulheres, normalmente, têm diferentes acessos à economia e aos recursos sociais, e suas ações têm sentidos e conseqüências sociais distintas. Beta-bias pode ser observada em políticas sociais e legislativas recentes, que têm tentado fornecer benefícios iguais aos homens e às mulheres, como licenças parentais iguais e separações amigáveis.

A minimização das diferenças também pode ser observada em programas educacionais e terapêuticos que ignoram aspectos do contexto social. Por exemplo, programas que incentivam as mulheres ao processo pessoal ou profissional, oferecendo treinamento no que é considerado comportamentos ou habilidades masculinas, como assertividade, padrões de discurso autoritário, ou estilo de administração masculina. Neste caso, parte-se do princípio que adotar certas maneiras de expressão, de falar ou de agir, eliciariam as mesmas reações, independente do sexo do ator. Contudo, para Hare-Mustin e Marecek (1988), isto

pode ser questionado, já que, quando um homem ou uma mulher tem qualquer expressão, eles são julgados de forma diferente devido ao seu sexo.

Teorias que representam os papéis de macho e de fêmea, ou os traços de macho e fêmea como contrapartes, conforme se observa na teoria psicológica da androgenia, também são exemplos de minimizações das diferenças. Quando a teoria de contrapartes implica em simetria e equivalência, obscurece-se as diferenças de poder e valor social. A teoria da androgenia psicológica, de Bem (1976), por exemplo, sugere a criação de uma personalidade mais balanceada e saudável integrando-se qualidades positivas masculinas e femininas, e implica na equivalência destas qualidades. Porém, observam Hare-Mustin e Marecek (1988), as qualidades masculinas que ela inclui são mais altamente valiosas e adaptativas.

A minimização das diferenças está presente também em sistemas voltados para a terapia de família. Os quatro principais vértices em que a hierarquia é estabelecida na sociedade são: classe, raça, gênero e idade. Na família, classe e raça são constantes, mas gênero e idade variam. No entanto, conforme Hare-Mustin e Marecek (1988) e Rampage e Avis (1998), algumas teorias sistêmicas de família desconsideram gênero, e vêem geração, ou seja idade, como princípio central de organização da família. Ao fazer isso, as teorias ignoram que mães e pais, embora da mesma geração, não têm poder e recursos iguais dentro da família. Assim, algumas teorias sistêmicas tentariam apresentar uma representação neutra da vida familiar.

Como se pode observar, ambas as linhas de investigação levaram a duas amplas, mas incompatíveis representações de gênero. Uma que afirma haver poucas diferenças entre machos e fêmeas (beta-bias), e outra que afirma haver profundas diferenças entre eles (alfa-bias). Ambos os teóricos têm oferecido evidências empíricas, principalmente quantitativas, no primeiro caso, e qualitativas, no segundo caso.

Embora ambas as abordagens ofereçam várias explicações para a origem das diferenças, todas elas enfatizam diferenças duradouras e fixas entre homens e mulheres no âmago da estruturação do *self*, da identidade, da capacidade relacional. Sugerindo que diferenças de gênero na estrutura psíquica justificariam diferenças cognitivas, como, por exemplo, diferenças nas razões morais, e na observação e organização do conhecimento, elas representam diferenças entre

homens e mulheres como essenciais, universais, altamente dicotômicas e duradouras.

Contudo, algumas perguntas permanecem sem resposta nos estudos de gênero que tratam das diferenças: E as influências sócio-ambientais? Afinal, a extensão das diferenças de gênero em comportamentos particulares, como agressividade ou ajuda, varia conforme as normas e as expectativas que se têm sobre homens e mulheres, mantidas e salientadas pelo ambiente (Rodrigues et al., 2002). E qual o critério que define o que é uma diferença em oposição a uma similaridade? O quanto uma diferença faz uma diferença? Afinal, diferenças anatômicas entre homens e mulheres podem ser triviais quando comparados a outras espécies.

3.1.2

A crítica construtivista

O princípio fundamental do construtivismo, segundo Bohan (1993) está na idéia de não se ter como conhecer com certeza a natureza da realidade. Sob esta perspectiva, o conhecimento não representa a descoberta de uma realidade em si, existente à parte do conhecedor e revelada pela aplicação cuidadosa de procedimentos. Pelo contrário, o que se supõe conhecer, o que se considera verdade, é uma construção, uma melhor compreensão, baseada e inextricavelmente entrelaçada com o contexto no qual é criada.

Para os construtivistas, os modos de discurso estão entre os instrumentos mais eficazes na construção de conhecimento, pois através deles se trocam as percepções e as descrições da realidade. Ou seja, o conhecimento é um produto do intercâmbio social. Nas palavras de Bohan (1993, p.13), “*what we call knowledge is simply what we agree to call truth*”⁴.

As pessoas, no processo de concordância sobre o fenômeno da realidade, constroem a realidade. Sob esta perspectiva, observa Bohan (1993), gênero não é fenômeno atual e independente que existe dentro do indivíduo para ser descoberto e mensurado por cientistas sociais. Pelo contrário, diz ela, gênero é um acordo que reside nas interações sociais, “*it is what we agree it to be*” (Bohan, 1993, p.13).

Assim sendo, gênero tem o sentido que se concordou atribuir a determinada

⁴ O que nós chamamos de conhecimento é simplesmente o que nós concordamos em chamar de verdade (tradução nossa).

classe de transações entre os indivíduos e o contexto. Como pontuaram West e Zimmerman (1987), uma pessoa não tem um gênero, ela o exerce. O que define uma transação como masculina ou feminina é o parâmetro situacional em que a performance ocorre, e não o sexo dos atores. Muitos estudos têm reafirmando este fato. Henley's (1977 *apud* Bohan, 1993), por exemplo, pesquisando a comunicação não-verbal, observou que mulheres que estão em posição de poder tratam seus subordinados de uma forma descrita como “masculina”. Risman (1987 *apud* Bohan, 1993), por sua vez, observando pais solteiros, constatou que eles têm posturas mais maternas se comparado aos pais casados, devido às demandas de sua condição social particular. Em ambos os casos salientam-se que os comportamentos não são determinados pelo sexo dos atores, mas sim pelo contexto social em que estão inseridos.

Segundo Bohan (1993), homens e mulheres são expostos a contextos diferentes, que eliciam neles mais transações masculinas e nelas mais transações femininas, o que permite sustentar, assim, o conhecimento de gênero construído socialmente. A maioria das situações apresenta prescrições e proscricões sobre gênero. Quando se realiza gênero corretamente, observa a autora, se legitima a qualidade prescrita naquelas circunstâncias aos membros do próprio sexo, reforçando e reproduzindo assim o “como fazer gênero” naquela situação. Desta forma, o contínuo processo de realizar gênero faz parte da própria re-criação de gênero.

Bohan (1993) salienta, no processo acima descrito, a constante (re)afirmação da relação entre gênero e sexo. Ela pontua que pelos contextos “generificados” eliciarem comportamentos nos quais sexo é compatível com gênero, produz-se a compreensão de gênero como um sistema binário definido pelo sexo.

Sob esta perspectiva construtivista, as demandas do contexto social são os determinantes primários dos comportamentos de gênero, e, neste sentido, homens e mulheres têm experiências particulares, mesmo diante de situações similares. Inclusive, salienta Bohan (1993), mesmo que a mulher se liberte das demandas de gênero sobre ela, e possa, ocasionalmente, atuar de forma masculina, sua experiência continua distinta da experiência de um homem, pois, diferente dele, ela viverá o confronto da discrepância entre seus atos e o que se espera dela.

Gênero está presente na maior parte das atividades humanas. Diariamente se

recebe lições sobre como realizar gênero, e sobre as conseqüências em falhar nestas transações. Segundo Bohan (1993), as pessoas se tornam tão familiares com este processo que passam a experienciá-lo como sendo parte de si, ou seja, as pessoas percebem-se sendo de determinado gênero. Esta identificação contribui ainda mais para que as pessoas atendam às prescrições e proscricções de gênero encontradas nos contextos, e percebam gênero como um aspecto interno e natural de sua identidade. Este movimento, por sua vez, observa Bohan, corrobora com a construção social de gênero como um traço intrapsíquico intrinsecamente relacionado ao sexo. Este erro de atribuição, para a autora, é responsável pela supervalorização do papel dos fatores pessoais, e desvalorização das forças situacionais que moldam os comportamentos de gênero.

Contudo, o construtivismo não pretende debater sobre as várias representações de gênero. O que esta perspectiva teórica busca é investigar as utilidades e conseqüências destas representações. Segundo o construtivismo, as teorias de gênero psicológicas devem ser compreendidas como representações que constroem nosso conhecimento e fundamentam as práticas sociais e científicas. Por isso, os recentes estudos psicológicos construtivistas têm investigado como as práticas terapêuticas e as organizações científicas são significadas e simbolizadas através das representações de gênero; e no que implicam as representações de gênero (Marecek, 2001).

A representação de gênero mais vigente nos estudos psicológicos, ou seja, a idéia de gênero como diferenças entre macho e fêmea, e a idéia de masculinidade e feminilidade como opostos e pólos mutuamente excludentes sobre um contínuo de personalidade, segundo os construtivistas, ajuda a mascarar desigualdades entre homens e mulheres, assim como o conflito entre eles. Para melhor esclarecer esta conclusão segue abaixo algumas das principais pontuações construtivistas sobre a representação dual de gênero.

Focando nas diferenças

Para Hare-Mustin e Marecek (1988), a posição na hierarquia social pode ser responsável pela construção de muitas diferenças entre homens e mulheres. Assim como outros autores (Rampage e Avis, 1998; Stack, 1986 *apud* Bohan, 1993; Westkott, 1986 *apud* Bohan, 1993), elas têm pontuado como os grupos oprimidos desenvolvem a habilidade de existir em dois mundos: o do seu grupo de

referência, composto por pessoas em situação semelhante; e o do grupo dominante, que realiza a opressão. Neste último, o oprimido, tendo sensibilidade às expectativas e respostas dos outros, aprende a atender as demandas daqueles que estão no poder. Ou seja, enquanto os que estão no poder, normalmente, determinam as regras, a disciplina, o controle e a racionalidade, os demais, sem poder, buscam estabelecer vínculos e despertar a compaixão dos primeiros. Neste sentido, sugerem as autoras, os homens, a fim de promover seus interesses, podem ter estabelecido a razão como um princípio masculino, alegando que se trata de uma propensão deles. Ao mesmo tempo, as preocupações femininas com os relacionamentos podem ser compreendidas como uma necessidade das mulheres de agradar aqueles que detêm o poder.

No campo da psicologia, observam Hare-Mustin e Marecek (1988), ao construir a racionalidade como uma qualidade essencial ao homem, e o relacionar-se como uma qualidade essencialmente feminina, nega-se que estas qualidades resultem de diferenças de poder e de injustiças sociais. Ao exaltar uma natureza zelosa comum à essência feminina, ignora-se que esta postura de zelo possa ser compreendida como uma necessidade daqueles que estão numa posição subordinada, em reprimir a raiva e aplacá-la naqueles de quem dependem (Hare-Mustin e Marecek, 1988; Rampage e Avis, 1998).

Hare-Mustin e Marecek (1988) salientam ainda que o sexo dos autores não tem qualquer valor no estabelecimento das diferenças. Elas concluem isto observando outras relações em que o sexo dos sujeitos não é significativo, como, por exemplo, na relação entre mãe e filho. Nesta, a mulher tem uma posição dominante, e enquanto ela enfatiza as regras, a criança apela para a simpatia e a compreensão. Assim sendo, seria a hierarquia social a principal responsável pela construção das diferenças.

A oposição

A idéia de oposição, presente na maioria dos estudos psicológicos de gênero, segundo críticos construtivistas, esconde na realidade a tentativa do grupo dominante em manter seu poder (Bohan, 1993; Hare-Mustin e Marecek, 1988; Marecek, 2001).

Conforme Wilden (1972 *apud* Hare-Mustin e Marecek, 1988), as diversas dicotomias que foram criadas para estabelecer gênero, como autonomia e

independência, instrumentalidade e expressividade, são oposições binárias que não resultam de definições falsas, pelo contrário, estão de acordo com ideologias dominantes. Ela salientou que estabelecer a relação psicossocial e econômica entre homens e mulheres como opostas sugere uma simetria numa relação que é desigual. Considerando que a injustiça só pode ser mantida pela negação da inter-relação entre as partes, para a autora, a representação dos gêneros como opostos tem sua origem no interesse dos grupos dominantes em preservar o *status quo*.

Sob a mesma perspectiva, Bohan (1993) salienta que o mais importante neste processo dicotômico é o valor inferior que é atribuído às características ditas femininas, o que propicia a desvalorização social da mulher. E, como tem sido observado, a exaltação e a defesa de qualidades e valores femininos não têm alterado a real desvalorização da mulher na sociedade.

A valorização das diferenças

Os construtivistas admitem a existência de conseqüências positivas e importantes na exageração das diferenças entre homens e mulheres, como o fato de se ter exaltado qualidades femininas. Isto teve efeito positivo ao contornar a desvalorização cultural da mulher, e fornecer-lhes um senso de identidade mais valoroso. Algumas feministas também, focadas em qualidades especiais consideradas femininas, permitiram a crítica a valores culturais, como a exaltação da agressão, a busca pelo auto-interesse, e a redução do individualismo. A exageração das diferenças despertou o ímpeto para o desenvolvimento de uma ética social feminista e para uma variedade de tentativas filosóficas (Bohan, 1993; Hare-Mustin e Marecek, 1988).

Contudo, se a capacidade de se relacionar da mulher é produto da opressão, então, ao exercê-la e ao exaltá-la, constata Bohan (1993), se legitimaria a opressão que a criou. Neste sentido, observa a autora, os discursos de valorização dos traços atribuídos às mulheres, ao invés de ajudá-las, podem favorecer ainda mais a opressão. Nas palavras dela, “*If the oppressed can be led to value their own oppression, the liberation becomes impossible*”⁵ (Bohan, 1993, p.9).

Os movimentos públicos que exaltam a natureza humana, através de explicações biológicas, e defendem o retorno aos papéis tradicionais, segundo

⁵ Se o oprimido é levado a valorizar a própria opressão, a liberação torna-se impossível (tradução nossa).

Bohan (1993), podem ser estratégias do grupo dominante para manter as relações desiguais. No caso de gênero, embora os homens apoiem movimentos, muitas vezes eliciados por mulheres, como “salve a família”, “o relógio biológico”, “instinto materno”, “sensibilidade feminina”, e afirmem admirar os traços femininos, observa a autora, eles corroboram para que as mulheres continuem, dentre outras coisas, oprimidas e restritas ao âmbito privado, não se tornando uma ameaça ao poder masculino.

A exageração das diferenças favorece a compreensão dual de gênero e a separação de homens e mulheres em esferas distintas. Muitos estudiosos têm atentado para esta realidade política subjacente aos discursos de exaltação da diferença, especialmente, porque caso esta política se torne bem sucedida, os objetivos e recentes ganhos do feminismo se transformarão em meras casualidades.

Bohan (1993) concorda que, realmente, não se pode desvalorizar traços tradicionalmente associados à mulher, como a maternagem, a maior sensibilidade, o saber vincular-se. Contudo, como pontua a autora, embora homens sejam incentivados a assumirem traços femininos, e cheguem até a compartilhá-los, tanto experiências políticas como pesquisas sistemáticas têm demonstrado que estes traços não são os mais respeitados e valorizados culturalmente. Conforme salienta a autora, interpretações essencialistas e duais de gênero podem, inadvertidamente, contribuir a um retorno a compreensão primeira de gênero, na qual a mulher não era diferente ou igual ao homem, mas sim deficiente em relação a ele.

Hare-Mustin e Marecek (1988) pontuam também que a valorização das experiências internas femininas, presente, por exemplo, no Feminismo Cultural retira a atenção dos esforços em mudar as condições materiais da vida das mulheres e aliviar o sexismo institucional. As autoras observam ainda que ao se definir uma forma de pensar e de conhecer feminina, sugere-se - numa sociedade dominada pelo homem - que todas as outras formas são masculinas. Esta idéia, levada ao extremo, pode ser usada para suportar o ponto de vista de que as mulheres são incapazes de pensamentos racionais e de adquirir certos conhecimentos.

A origem do problema

A perspectiva essencialista, ao conceber gênero como um aspecto da estrutura da personalidade do indivíduo, localiza a responsabilidade pela experiência e pelos comportamentos dos sujeitos dentro deles. Esta perspectiva baseia-se na incriminação da vítima, pois ela é responsabilizada pela sua própria situação. No caso da mulher, suas experiências, incluindo sua marginalização e opressão, são resultantes de qualidades que existem nela própria, e não de um reflexo do sistema social que molda suas vidas (Bohan, 1993; Hare-Mustin e Marecek, 1988).

Neste sentido, observa Bohan (1993), o foco dos movimentos políticos estaria em mudar a mulher e não o sistema. Ou seja, encoraja-se à mulher a ter aulas de assertividade, e não a atentar para as forças contextuais que moldam e interpretam interações assertivas. Criam-se cursos de autodefesa para as mulheres, ao invés de se mudar as crenças que as tornam vulneráveis e propiciam a violência contra elas. Atribui-se a conduta feminina nos relacionamentos à co-dependência e não à estrutura patriarcal. Como salienta Bohan, é muito mais fácil buscar a mudança do indivíduo e admitir seu fracasso e inadequação do que confrontar as vastas e intransigentes instituições sociais.

A perspectiva de culpar a vítima ignora o impacto onipresente do poder e sua distribuição desigual na sociedade, negando a sofrida realidade do abuso de poder sobre as mulheres. Corroborando com esta perspectiva essencialista, observa Bohan (1993), o feminismo corre o risco de se tornar uma doença mental e não um movimento social de mudança.

A infância

Em relação às teorias psicodinâmicas feministas, que fizeram afirmações sobre significativas diferenças de personalidade entre homens e mulheres, os construtivistas questionam a idéia de que um pequeno período da infância possa ser responsável por amplas diferenças entre homens e mulheres ao longo de todas suas vidas. Eles questionam, também, as explicações psicodinâmicas feministas para a presença de gênero em todas as instituições sociais ao longo da história. Para os críticos, estas teorias, baseadas na exaltação das diferenças de gênero, subestimam a influência de condições econômicas, o condicionamento de papéis sociais, e as mudanças históricas. Conforme Hare-Mustin e Marecek (1988), ao

focar na questão de porque existem diferenças, as feministas das teorias psicodinâmicas, ignoram a questão de porque existe dominação.

Assim sendo, ao descrever as experiências femininas e masculinas como naturais às mulheres e aos homens respectivamente, as afirmam como eternas e universais, e negam os contextos social, histórico e político, que os psicólogos sabem que molda o comportamento humano.

A homogeneização

Para Bohan (1993), teoricamente, a natureza de exclusão presente nos conceitos essencialistas é problemática, pois ignora a diversidade de experiências dos indivíduos e suas particularidades. A falha em reconhecer diversidade entre as pessoas pode dificultar as relações. A compreensão de homens e de mulheres como classes homogêneas traz conseqüências coercitivas e reguladoras (Bohan, 1993; Butler, 2003; Hare-Mustin e Marecek, 1988).

A alfa-bias, ou exageração das diferenças entre grupos, segundo Hare-Mustin e Marecek (1988), tem como conseqüência adicional ignorar, ou minimizar, as variabilidades dentro de cada grupo - sendo este processo mais intenso nos grupos que não detêm o poder. Desta forma, quando alguém se refere a um homem, ele é considerado como um indivíduo dentro do grupo dos homens, que pode, por exemplo, cometer erros. Porém, quando alguém se refere a uma mulher, ela é usada como uma referência a todas as mulheres, e, assim, quando ela comete um erro, este é atribuído a todas as mulheres, e não ao indivíduo. O que as autoras querem sinalizar com isto é que muitas teorias psicológicas de gênero não dão atenção a muitas diferenças entre as mulheres, em relação à raça, classe, idade, estado civil e circunstâncias sociais.

A definição / restrição

Quando se atribui específicas formas de conhecer, se relacionar, ou de realizar julgamentos morais a determinado gênero, negam-se todas as outras possibilidades que este gênero pode ser. Ou seja, quando se define o que mulheres e homens são, lhes negam a possibilidade de serem de qualquer outra forma, os restringem. Salienta-se ainda, que num mundo em que o macho é a norma, qualquer qualidade não definida como feminina é necessariamente compreendida como masculina.

A tendência de ver homens e mulheres como incorporando traços opostos e mutuamente excludentes, é uma das conseqüências da alfa-bias. Por exemplo, para manter a ilusão da autonomia masculina em casa e no trabalho, a contribuição do trabalho da mulher na maioria das vezes é ignorada. Neste sentido, salientam Hare-Mustin e Marecek (1988), quando gênero é representado por traços dicotômicos, a possibilidade do masculino incluir os aspectos do feminino é inviável.

A minimização das diferenças

As conseqüências da minimização das diferenças sobre a compreensão de gênero têm recebido menos atenção por parte dos críticos. Contudo, alguns teóricos têm chamado atenção ao fato de que condutas que parecem positivas, na verdade, podem encobrir conseqüências graves. O tratamento igual perante a lei, por exemplo, tem possibilitado às mulheres alcançarem maior acesso à educação e a oportunidade ocupacional, promovendo o aumento de *status* de algumas delas nas últimas décadas. Porém, segundo Hare-Mustin e Marecek (1988) e Rampage e Avis (1998), argumentar que não há diferenças entre homens e mulheres ignora necessidades especiais que ambas as partes têm, e as diferenças de poder e de recursos entre elas. As autoras salientam que, numa sociedade em que um grupo detém a maior parte do poder, ações neutras, normalmente, beneficiam o grupo dominante.

Weitzman (1985 *apud* Hare-Mustin e Marecek, 1988), por exemplo, investigando separações amigáveis, constatou que os divórcios nestes termos melhoram a condição de vida dos homens em 42%, enquanto que a das mulheres e das crianças diminui em 73%. Quanto às políticas públicas de licença parental que tratam homens e mulheres como iguais, observam Hare-Mustin e Marecek (1988), ignoram os desgastes físicos que ocorrem somente com a mulher nos primeiros meses de vida da criança, como o parto, a amamentação e o os cuidados básicos do bebê.

Um exemplo da minimização das diferenças, na prática, é a falta de acomodação especial às necessidades das mulheres nos ambientes de trabalho. Normalmente, voltados para as necessidades dos homens, os ambientes de trabalho não acomodam demandas das mulheres como a gestação, a amamentação, e creche.

Na terapia, segundo Hare-Mustin e Marecek (1988) e Rampage e Avis (1998), tratar homens e mulheres como iguais não é sempre justo, pois se ignoram as estruturas desiguais existentes nas relações entre elas. Na terapia de família, observam as autoras, quando o *status* social ou os recursos econômicos do marido superam os da esposa, uma barganha de favores, como uma estratégia para resolver conflitos entre os cônjuges, não leva a resultados equitativos. Para elas, terapeutas que alegam não realizar diferenças no tratamento entre homens e mulheres alcançam igualdade formal, porém, podem inadvertidamente provocar injustiças.

Como se pode observar, não são poucas as questões que permeiam a perspectiva de gênero mais vigente nos estudos psicológicos. A diferenciação de gênero, ao mesmo tempo em que permite afirmar os valores e a natureza especial da mulher, pode reforçar o *status quo* e sustentar injustiças, visto que o poder de definir ainda está na mão dos homens.

O feminismo, como qualquer movimento social de mudança, tem sua crítica determinada pela natureza do amplo sistema social, e tem seus significados fundamentados neste sistema. Neste sentido, o feminismo, ao desafiar à autoridade masculina, também a legitima; se evita a influência masculina se separando dos homens, por exemplo, também os favorece, pois ajuda a deixar intacto o grande sistema de controle masculino na sociedade. Ou seja, buscando diferenciar-se ou igualar-se, o feminismo reafirma o domínio masculino. Sob esta perspectiva, os movimentos feministas não seriam inimigos do sistema, mas seus leais opositores.

Atentando para estas vicissitudes, os construtivistas concluem que a diferença é uma forma problemática e paradoxal de construir gênero. Observam que indiferente da forma como se lida com as diferenças, exagerando ou minimizando, todas as representações nunca são neutras. Ambas tomam o homem como modelo de comparação e sustentam o *status quo*. Ambas constroem gênero como atributos dos indivíduos, e exaltam as relações de dominação.

A representação de gênero como diferente ajuda a marginalizar e obscurecer a inter-relação entre homens e mulheres, restringe os modos de ser das pessoas, esconde o sexismo institucional e a extensão da autoridade masculina, e conseqüentemente, reforça e sustenta a própria representação de gênero vigente

(Bohan, 1993; Hare-Mustin e Marecek, 1988; Marecek, 2001).

3.2 Além das diferenças

Hoje, conforme Marecek (2001), os que mantêm uma perspectiva cética quanto à psicologia, voltam-se para os recursos da teoria pós-moderna e da psicologia crítica. Considerando que nenhuma ciência volta-se para a busca benigna e desinteressada da verdade, eles procuram descobrir aos interesses de quem a produção psicológica está atendendo. Ao invés de aceitarem os constructos, métodos e paradigmas psicológicos sem crítica, questionam “*how psychology’s ways of producing knowledge shape the knowledge that results*”⁶ (Marecek, 2001, p.262).

Neste contexto, estudos defendendo uma perspectiva construtivista de gênero na Psicologia têm emergido cada vez mais. Diferente do essencialismo, que nega a multidimensionalidade de gênero, o construtivismo a abarca, pois compreende que circunstâncias distintas geram diferentes sentidos de gênero e eliciam distintas transações de gênero. Para o construtivismo, sexo é apenas um dos muitos fatores que cruzam as vidas das pessoas, e estabelecer somente o sexo como definidor das experiências delas é homogeneizar todas as mulheres e todos os homens, e apresentar uma perspectiva unidimensional de uma realidade multidimensional.

A perspectiva construtivista de gênero, focando na situação, revela claramente as questões de poder e opressão presente na construção de gênero, em sua realização e em seu mecanismo de retro-alimentação. Localizando os traços de gênero no contexto e não mais no indivíduo, altera-se a estratégia de mudança. Passa-se a buscar no contexto o que elicia tais comportamentos de gênero, ao invés de encorajar as mulheres a darem depoimentos satisfatórios sobre seus comportamentos enquanto traços de sua natureza.

O construtivismo rompe com as restrições dos modos de ser impostas pelas definições do que é masculino e feminino, esclarecendo que se tratam apenas de acordos sobre modos de ser acordados como propícios a cada gênero. Assim, os

⁶ Como a forma que a psicologia produz conhecimento molda o conhecimento que produz (tradução nossa).

diversos modos de ser são possíveis a todas as pessoas, de qualquer sexo, dependendo somente de um contexto que os elicie e os suporte. A compreensão construtivista de gênero também elimina qualquer perspectiva de incriminação da vítima, pois os problemas de gênero são resultantes dos contextos sócio-históricos. Esta perspectiva contextual traz novas questões à psicologia feminista: o que se pode fazer para valorizar socialmente os modos de gênero considerados femininos, como transformá-los em metas e não em reprovações?

Tendo em mente o contexto, os construtivistas estão atentos às conseqüências recíprocas da produção de conhecimento, e estão autoconscientes das implicações de suas próprias teorias e práticas. A abordagem construtivista presta atenção no seu impacto sobre as crenças e sistema sociais, assim como o seu impacto sobre si mesmo. Neste sentido, a compreensão construtivista de gênero também tem sido alvo de críticas. Dentre elas, observa Bohan (1993), o construtivismo, em seu reconhecimento da diversidade de contextos, pode correr o risco de cair num extremo de identidades políticas, particularizando a experiência de cada indivíduo. Esta individualização radical, pontua a autora, pode impossibilitar o senso de experiência compartilhada que é necessário a qualquer ação política coletiva em prol de algum grupo.

Além disso, alguns críticos alegam ser o construtivismo arriscado aos movimentos políticos, com o feminismo, por exemplo. O construtivismo, ao afirmar que conhecimento é situacional e não há uma verdade em si a ser descoberta, torna todo ponto de vista igualmente verdadeiro. Esta compreensão cria uma situação apolítica, pois se uma verdade é tão boa quanto à outra, onde se encontra justificativa para os atos políticos?

A resposta do construtivismo a questão acima está, segundo Bohan (1993), na defesa da responsabilidade ética. Embora o conhecimento seja situacional, os valores são explícitos. Como pontua a autora, a valorização da conscientização feminista, por exemplo, origina-se não de um acesso mais adequado a uma verdade em si absoluta, mas da exaltação humana a valores que estão em sua fundação.

Como se observa, mantendo uma postura crítica, os construtivistas têm buscado um campo mais justo para homens e mulheres. Entre as contribuições desse grupo de psicólogos estão, segundo Marecek (2001), estudos sobre as concepções imaginárias de gênero, e trabalhos psicológicos que investigam os

discursos sobre violência contra mulher em jornais profissionais e materiais psicoeducacionais.

Preocupados em historicizar a psicologia, os psicólogos pós-modernos questionam como a disciplina se tornou o que é hoje. Neste sentido, eles investigam as influências sociais, culturais e ideológicas por que passou e passa a psicologia. Parlee (1994 *apud* Marecek, 2001), por exemplo, estudando a recente criação do diagnóstico de síndrome pré-menstrual, e a inclusão desta nos compêndios diagnósticos psiquiátricos, revelou a influência de interesses biomédicos e o ato conveniente de ignorar dados científicos sociais. Sob esta perspectiva, os psicólogos pós-modernos atentam para o fato do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) não ser um documento imparcial, mas sim um produto de muitos interesses, incluindo econômicos e políticos.

Apesar dos esforços construtivistas, no entanto, seus estudos de gênero ainda são muito restritos para conseguir mudar a ideologia dominante de um sistema dual e “natural” de gênero. Conforme Marecek (2001), tem sido difícil dissociar gênero da idéia de um atributo pessoal, pois os sentidos alternativos de gênero produzidos em outras disciplinas têm recebido pouca atenção dos psicólogos. A autora pontua também que na sua linguagem prática, os psicólogos têm destituído gênero de seu real sentido. Empregando o conceito como sinônimo de sexo, propiciam que os significados culturalmente construídos de feminilidade e masculinidade saiam de foco.

Neste sentido, salienta-se a necessidade de novos trabalhos psicológicos transdisciplinares, a fim de se transcender as discussões limitantes sobre as diferenças de gênero, atentar para as ideologias que sustentam as atuais representações de gênero no campo da psicologia, e possibilitar maior equidade nas teorias e nas práticas psicológicas.

3.2.1

O desafio da psicologia feminista

Especialmente a partir da década de 1970 a psicologia feminista tem expandido seu campo de pesquisa e seus modos de estudar gênero. Algumas feministas se dedicaram a compreender e melhorar a vida de mulheres e meninas. Outras buscaram investigar gênero como um sistema, ou como um princípio de

organização social. Algumas contribuíram com a ciência tradicional realizando pesquisas psicológicas com a tecnologia padrão positivista. Outras, insatisfeitas com a metodologia tradicional, têm produzido novos modos de conhecimento. Há também aquelas que, adeptas do pensamento crítico pós-moderno, passaram a investigar as ideologias por trás da produção do conhecimento (Marecek, 2001).

As psicólogas feministas têm estudado a experiência de mulheres e meninas em diversos contextos, alguma salientando o contexto privado, como as relações familiares; outras, as políticas sociais de gênero; tem as que se votaram ao estudo da homossexualidade feminina; e as que se dedicam a investigar a violência contra as mulheres. Conforme Marecek (2001), estes estudos, por serem mais específicos, afastaram-se do campo principal da psicologia. Enquanto o campo principal da psicologia seguia basicamente os procedimentos tradicionais de pesquisa empírica, como a criação de hipóteses, utilização de testes de probabilidade e análise estatística para quantificar, as psicólogas feministas começaram a utilizar outras formas de investigação e prática.

Utilizando-se de diversas abordagens, as feministas ofereceram vários sentidos de gênero, diferentes pontos de vista epistemológicos, e fizeram uso de várias estratégias metodológicas. Ao mesmo tempo em que elas contribuíram consideravelmente às causas femininas, conseguindo para as mulheres melhores condições de vida, seus trabalhos sempre foram alvo de preconceito.

Segundo Marecek (2001), um fato presente nos trinta anos dos estudos psicológicos feministas é a marginalização. Segundo a autora, o número de citações de textos feministas nas obras do campo principal da psicologia são irrisórios em comparação ao número de citações destes nos trabalhos feministas. Muitos livros introdutórios em psicologia mal mencionam os estudos feministas. Pior do que isso, pontua a autora, muitos livros base em psicologia citam trabalhos já ultrapassados nos estudos de gênero. A obra de Bem (1974) sobre androginia, por exemplo, consta em muitos livros, apesar de ter sido severamente criticada e abandonada pelos estudiosos de gênero, inclusive pela autora da obra, há mais de 20 anos.

Muitos psicólogos, segundo Marecek (2001), têm criticado o trabalho feminista alegando que trazem uma perspectiva política. Porém, salienta a autora, uma psicologia que ajuda a sustentar o *status quo* também está realizando política, mesmo sendo este ato menos visível. Nas palavras de Marecek,

*The human sciences are inevitably entangled with politics, whether in the selection of research questions, the choice of methods, the decision rules for interpreting data, or the applications of knowledge. Psychology, as an endeavour concerned with the conditions of human life, can not be free of politics*⁷ (Marecek, 2001, p.264).

Com uma crença inabalável no método científico e na ciência física como seu ideal, muitos psicólogos consideram irrelevantes os trabalhos críticos da filosofia da ciência, da teoria feminista, e do pensamento pós-moderno. Como salienta Marecek (2001), mesmo quando as críticas direcionam-se para a psicologia, em assuntos específicos e de forma detalhada, eles desconsideram alegando serem distrações frívolas do sério trabalho de gerar dados.

As produções psicológicas sobre gênero, nos últimos anos, têm estabelecido e fortalecido seu campo de estudo. Apesar das psicólogas feministas não terem conseguido, ainda, que a disciplina leve a sério as questões de gênero, observa Marecek (2001), os dados fornecidos por suas pesquisas influenciaram políticas sociais e estatutos legais sobre, dentre outras coisas, equidade de gênero em escolas, assédio sexual, violências de gênero, e aborto. As psicólogas feministas que adotaram posição qualitativa têm conseguido a aproximação da psicologia com outras disciplinas, como *Women's Studies*, estudos antropológicos, culturais e sociais e teoria literária. Para Marecek, as críticas correntes que as psicólogas feministas recebem de estarem destruindo a psicologia, é uma reação ao movimento de mudança, eliciado pelas novas questões trazidas pelas feministas ao contextualizar culturalmente e historicamente a disciplina.

3.3 A clínica psicológica

Na década de 1960, a partir das obras de Derrida, emergiu um outro pensamento pós-moderno, a desconstrução. Esta perspectiva, abordando a interpretação dos discursos, investiga as representações e sentidos na linguagem. Assim como o construtivismo, que nega a existência de uma única e fixa realidade, a desconstrução nega que os discursos tenham um único e fixo sentido.

⁷ As ciências humanas estão inevitavelmente emaranhadas com políticas, seja na seleção das questões de pesquisa, na escolha do método, na decisão das regras para a interpretação dos dados, ou na aplicação do conhecimento. A Psicologia, como um empreendimento interessado nas condições de vida humana, não pode estar livre de políticas (tradução nossa).

O trabalho de Derrida, desafiou as concepções baseadas na oposição e na hierarquia, tão presentes na cultura ocidental. Ele pontuou como os pensamentos ocidentais são construídos sob uma série de oposições hierárquicas inter-relacionadas – como razão-emoção, presença-ausência, fato-valor, bom-mau, macho-fêmea –, sendo cada par definido pela sua contra-parte, ou seja, pelo que o outro não é. Ao expor isso, e afirmar que cada elemento contém características do outro, e depende do outro para existir, Derrida permitiu vislumbrar a disputa de poder por trás de muitos conceitos adotados pela cultura e pela ciência. Nas palavras de Hare-Mustin e Marecek (1988, p.460), “*It is only by marginalizing their similarities that their meaning as opposites is stabilized and the value of one over the other is sustained*”⁸.

Esta abordagem metodológica tem oferecido meios de examinar como a linguagem opera e cria sentidos cotidianos. A desconstrução tem sido aplicada à análise de textos literários e científicos, e à análise do discurso. Um dos pressupostos da desconstrução é que o discurso, escrito ou verbal, pode gerar uma variedade de sentidos, excedendo o que pretendia inicialmente. Sob esta perspectiva, a linguagem é um amplo e ilimitado campo de significações, e não um sistema estável de correspondência entre palavras e objetos.

Assim como o significado de uma palavra depende do que a palavra não é, o significado de um texto depende, em parte, do que não está escrito, mas sim subentendido. Sob esta perspectiva, as leituras desconstrutivistas baseiam-se nos buracos, nas faltas, nas contradições dos textos, e, inclusive, em associações metafóricas, para revelar sentidos presentes que estão fora do nível de consciência diário (Hare-Mustin e Marecek, 1988).

Estudos feministas têm usado a abordagem discursiva de diversas formas. Marecek (1999 *apud* Marecek, 2001), por exemplo, entrevistando psicólogas feministas sobre como o fato de serem feministas repercute em sua identidade e em sua prática, observou que há um conflito de idéias positivas e negativas sobre a relação do feminismo com a terapia.

Na terapia, cujos instrumentos principais são a linguagem e o sentido, os desconstrutivistas chamam atenção ao papel do sentido, no diálogo cliente-terapeuta, e a forma como o terapeuta usa de sentidos alternativos para criar a

⁸ Somente através da marginalização das similaridades entre os elementos é que o significado de oposição é estabelecido, assim como o valor de um sobre o outro é sustentado (tradução nossa).

possibilidade de mudança (Hare-Mustin e Marecek, 1988).

Em terapia, os clientes não falam de experiências atuais, eles reconstróem memórias, através de lembranças parciais de experiências vividas. Neste processo, a história do cliente distancia-se da experiência em si. Ao narrar hoje, algo passado, ele atende a convenções prevalecentes, tornando-se sua descrição da experiência, cada vez mais, distinta da experiência em si. Como pontuam Hare-Mustin e Marecek (1988), o cliente, como narrador, é um criador do seu mundo, da sua história e não um observador desinteressado. Para as autoras, a metáfora de que a terapia cura é uma idealização que esconde uma outra perspectiva, a de que os terapeutas manipulam sentidos. Contudo, observam as autoras que uma coisa não se opõe a outra, pois, na verdade, para o terapeuta tratar seu cliente ele precisa mudar seus sentidos.

Assim sendo, a intervenção terapêutica muda o esquema de referências em que o cliente está inserido e a forma como ele vê o mundo. Através das intervenções terapêuticas de questionar, explicar, argumentar, o terapeuta permite a emersão de uma multiplicidade de sentidos, possibilitando ao cliente, então, formar um novo esquema de sentidos e produzir mudanças. Sob esta perspectiva, pode-se compreender a idéia de que o terapeuta revela ao cliente algo que o cliente não tem consciência.

A experiência de um cliente, assim como um texto, pode ter vários sentidos, dependendo apenas da perspectiva adotada para tal análise. Contudo, os pós-modernistas têm pontuado que certos sentidos são privilegiados para estarem em conformidade com sistemas explanatórios da cultura dominante. Sob este ponto de vista, Hare-Mustin e Marecek (1988) salientam que a terapia, como uma instituição cultural que tem o propósito de ajudar os indivíduos a se adaptarem a sua condição social, reflete e promulga amplamente sentidos privilegiados. Contudo, terapias que apresentam sentidos alternativos ou marginalizados, ajudariam a romper com a ordem dominante.

Sentidos convencionais de gênero estão integrados a linguagem da terapia. Como toda linguagem, a linguagem na terapia seleciona, enfatiza, omite e organiza certas perspectivas da experiência, impondo, neste movimento, determinados sentidos à experiência. Porém, como salientam Hare-Mustin e Marecek (1988), os terapeutas podem usar a linguagem e metáforas a favor do fim do sexismo, quebrando os sentidos dominantes. Em relação a gênero, o terapeuta

pode mostrar, por exemplo, que a harmonia familiar, na verdade, só é conseguida através da submissão e acomodação da mulher. Assim, sustenta-se a hierarquia que está presente na família. Hare-Mustin e Marecek defendem, principalmente, a exposição do que está implícito em metáforas familiares e de gênero, como a metáfora da “lealdade familiar” e da “mulher dependente”. Na primeira, observam elas, os terapeutas podem revelar como a demanda de lealdade, na verdade, mascara o desejo de subordinação de alguns membros por outros. E no segundo caso, revelando o quanto que os meninos e os homens dependem da mãe e da esposa, os terapeutas expõem a inversão de papéis presentes na metáfora da mulher dependente.

Segundo Hare-Mustin e Marecek (1988), embora a terapia, normalmente, confirme sentidos privilegiados, mantendo uma perspectiva desconstrutivista, pode-se atentar para os sentidos marginalizados. Em relação a gênero, mais especificamente, os terapeutas podem, conforme as autoras, expor os significados das relações de gênero presentes nas metáforas culturais, revelando os sentidos de gênero que estão implícitos na relação hierárquica entre homens e mulheres.

Rampage e Avis (1998), por sua vez, ao falar sobre terapia de família, salientam como os teóricos adeptos de uma abordagem feminista crítica têm exposto os constructos presentes nas terapias familiares que favorecem o sistema patriarcal e a desigualdade de gênero. Conforme as autoras, as feministas não pretendem criar um novo modelo de família, e sim estabelecer gênero, nos campos teórico e clínico, como um dos prismas pelos quais as relações familiares possam ser analisadas, a fim de eliminar as ordens sexistas vigentes.

Os terapeutas familiares feministas compreendem um relacionamento baseado na igualdade ou no companheirismo como a forma mais saudável de relação. Por isso, na prática, em suma, trabalham com as questões concernentes a identidade sexual dos membros, suas crenças sobre estas e a organização familiar que se pauta a partir delas. Eles buscam salientar na relação familiar as inúmeras desigualdades de gênero presentes, questionam a compreensão dos familiares sobre estes pontos, bem como seus comprometimentos com eles, e os auxiliam a desafiá-las (Rampage e Avis, 1998).

Como se observa, as questões de gênero não se restringem à área acadêmica. A clínica também é um espaço produtor de gênero, seja no sentido de reafirmar a ideologia vigente ou de transformá-la. Por isso, salienta-se a necessidade dos

psicólogos manterem um olhar cuidadoso as implicações políticas e sociais de seus trabalhos, além da academia ou do consultório. Alerta-se para a importância de se pensar cuidadosamente nas forças sociais, que moldam as teorias, pesquisas e práticas, e que normalmente são favoráveis ao grupo dominante.

3.4 Gênero e emoções

As emoções estão presentes em todas as experiências humanas, desde as atividades cotidianas aos eventos especiais. Elas surgem sutilmente, num tácito intercâmbio entre as pessoas, afetando a todos. Na clínica psicológica, a expressão subjetiva das emoções emerge como um dos principais focos de trabalho dos psicólogos. As formas como se compreendem, se avaliam, e se expressam as experiências emocionais embasam a compreensão que se tem de si mesmo e do mundo. Quanto mais hábil se é com as emoções, sabendo expressá-las, captá-las e lidar com as próprias emoções e com as dos outros, mais sucesso se tem nos relacionamentos (Fivush et al., 2000; Goleman, 1995).

As emoções funcionam como reguladores vitais do comportamento intra e interpessoal das pessoas. A compreensão emocional constitui um componente essencial à cognição social, já que se recorre frequentemente a ela durante a interação social. Ao longo do desenvolvimento, os humanos tornam-se cada vez mais aptos a identificar expressões e situações emocionais, e se mostram mais hábeis em verbalizar de forma coerente e fluente as causas de suas emoções e das dos outros (Denham, Zoller e Couchoud, 1994).

Compreender a emoção permite às pessoas explicitarem suas próprias emoções, entenderem o *feedback* destes sentimentos, e a processarem de forma mais completa associações causais entre eventos e emoções. A compreensão da emoção serve também como uma ferramenta poderosa para administrar sentimentos e lidar com conflitos interpessoais. Supõe-se ainda que a compreensão da emoção medeia a expressividade emocional, a culpa, os comportamentos pró-sociais e apresenta uma alta correlação com a competência social e relacionamentos positivamente iguais, que são importantes ao ajustamento contínuo (Denham, Zoller e Couchoud, 1994).

As influências biológicas sobre as emoções são inegáveis. Contudo, vem

aumentando o número de pesquisas que apontam o quanto a avaliação e a expressão emocionais são socioculturalmente mediadas. Também se tem tornado cada vez mais evidente que é na interação com os adultos que as crianças aprendem a expressar e a regular suas experiências emocionais.

Nas duas últimas décadas, os estudos sobre emoção chegaram a conclusões muito parecidas com as derivadas dos estudos psicológicos sobre gênero. A emoção também passou a ser identificada fundamentalmente como um processo social. Esta perspectiva trouxe um novo foco ao contexto no qual cada emoção ocorre, e foi aceita tanto por teóricos evolucionistas quanto construtivistas. O tema da emoção como um aspecto de relacionamentos tornou-se evidente na psicologia do desenvolvimento (Shields, 2000; Fivush et al., 2000).

O número de estudos sobre emoção tem aumentado consideravelmente desde 1990, muitos deles focando a relação entre gênero e emoção. Segundo Shields (2000), vários desses trabalhos, especialmente na psicologia americana (USA), aproximaram-se dos trabalhos convencionais e tradicionais sobre a relação entre os traços básicos dos sexos, ou gênero, e psicopatologias que tenham componentes emotivos, como a depressão, por exemplo. Contudo, os trabalhos mais recentes têm focado a relação entre crenças sobre emoção, especialmente os estereótipos de gênero, e o “real” funcionamento das emoções na vida humana. Esta postura inovadora, que rompe com a tradição de traços básicos comuns a cada sexo, tem suscitado novas questões e aberto novos campos de pesquisa, como, por exemplo, mapear a complexidade e as condições sobre as quais os estereótipos são operados na aquisição e na prática de comportamentos e experiências que são considerados mais naturais, mais apropriados a cada sexo.

A redescoberta da emoção como um fenômeno social gerou um novo olhar sobre a intercessão entre emoção e gênero. Inicialmente, surgiram muitos estudos voltados para a grande quantidade de investigações atóricas sobre as diferenças entre os sexos. Estes estudos, contudo, salienta Shields (2000), foram além de catalogar as diferenças de gênero; eles começaram a examinar os efeitos de gênero dentro de algum tipo de estrutura de organização teórica ou metodológica. Como exemplifica a autora, LaFrance e Banaji (1992), fizeram uso de uma metodologia de análise para examinar como auto-apresentação e auto-verificação contam para os efeitos de gênero em auto-relatos de emoção; Brody e Hall (1993), procuraram explicar a aquisição de comportamentos e atitudes emocionais dos

estereótipos de gênero empregando um modelo desenvolvimental de socialização.

Shields (2000), que também está entre os pensadores que propõem novas organizações teóricas ou metodológicas, tem procurado examinar como os valores emocionais e a linguagem são centrais aos conceitos de feminilidade e masculinidade, e também para a aquisição e prática de comportamentos codificados de gênero. Por comportamentos codificados de gênero, a autora se refere aos comportamentos e experiências que são considerados mais naturais, mais apropriados a cada sexo. Atualmente, Shields (2000), em vez de focar as diferenças entre os gêneros, tem exaltado principalmente as discussões sobre as interseções de gênero e emoção com etnicidade racial, período histórico, cultura e classe social. Ela acredita ser necessário dar bastante atenção aos outros tipos de identidade social além do gênero, pois estas podem também participar na experiência individual da emoção e na representação destas experiências. A desconsideração destas variáveis, segundo a autora, pode levar ao risco de confundir efeitos que são representativos de um segmento da sociedade com efeitos representativos de todos os homens e mulheres.

3.4.1

Os estereótipos de gênero

A maioria dos pesquisadores das emoções concorda que a forma como as emoções são compreendidas, interpretadas e expressas são influenciadas pela cultura, e que as normas culturais para a expressão emocional são aprendidas pela socialização (Kyratzis, 2001; Hutson-Comeaux e Kelly, 2002). Por exemplo, pesquisas constataram que é esperado das mulheres que apresentem mais emoções positivas do que os homens em um contexto orientado ao outro, mas dos homens é esperado que apresentem mais emoções positivas do que as mulheres em um contexto orientado para si. Observou-se também que os estereótipos sobre a expressão de emoções de felicidade e de tristeza das mulheres costumam ser associados inicialmente a situações sociais e interpessoais, como relacionamentos com família ou amigos (Hutson-Comeaux e Kelly, 2002).

Os estereótipos sobre emocionalidade mantidos pelas mulheres e pelos homens são similares. Pesquisas têm apontado como ambos os sexos acreditam que as mulheres são mais emocionais do que os homens. Entretanto, também se tem constatado em um grande número de pesquisas que nem todas as emoções

estão associadas ao estereótipo de papel de gênero feminino. Há estereótipos de emoções individuais, como raiva e tristeza, que são consideradas específicas do gênero masculino. Até o momento, têm-se atribuído às mulheres as emoções de alegria, tristeza e medo; e aos homens a raiva. Estes estereótipos específicos de gênero sobre emoções individuais foram encontrados também em crianças já na pré-escola (Hutson-Comeaux e Kelly, 2002).

Hess et al. (2000) salientam que crenças em estereótipos emocionais são específicas da cultura, e refletem noções compartilhadas sobre a prevalência de certos sentimentos e comportamentos experimentados e expressos por homens e mulheres. Estes estereótipos podem, conforme os autores, influenciar o auto-relato de situações emocionais da memória autobiográfica. Ou seja, o indivíduo, ao relatar experiências emocionais, reconstruiria os fatos a favor das crenças culturais compartilhadas. Considerando que os encontros sociais são constituídos em boa parte por eventos emocionais, Hess et al. especulam que alguns eventos que aconteceram no passado e depoimentos como “Eu sou uma dessas pessoas que sempre chora assistindo filmes tristes”, reflitam crenças culturais compartilhadas.

Muitos pesquisadores, segundo Hutson-Comeaux e Kelly (2002), consideram importante distinguir os estereótipos de gênero emocionais entre duas dimensões: a interna, que corresponde à experiência subjetiva das emoções; e a expressão emocional externa. As pesquisas sobre diferença de gênero que se voltam para os aspectos internos da emocionalidade têm focado, sobretudo, os auto-relatos de avaliação subjetiva e a auto-avaliação da intensidade do afeto.

A intensidade afetiva, segundo Jakupcak et al. (2003), tem sido pensada como um aspecto do indivíduo, ou seja, pessoas com alta intensidade afetiva experimentam tristeza, alegria e raiva de forma mais acentuada do que pessoas com uma intensidade afetiva mais baixa. Diferenças de gênero têm sido confirmadas em várias pesquisas, segundo os autores, afirmando que os homens reportam baixos níveis de intensidade afetiva em relação às mulheres, seja em relação às emoções positivas ou negativas.

Quanto ao aspecto externo, estudos pontuam, segundo Hutson-Comeaux e Kelly (2002), que é esperado das mulheres expressarem as emoções mais do que os homens, e que as mulheres se atribuem maior expressividade emocional na maioria das emoções do que os homens. Por outro lado, observam as autoras, há diferenças de percepção entre homens e mulheres quanto à experiência emocional;

as pessoas acreditam que a mesma situação irá suscitar sentimentos similares nos homens e nas mulheres, contudo, haveria uma grande diferença na forma como cada sexo expressa suas emoções. Coincidentemente ou não, observam Hutson-Comeaux e Kelly, boa parte da literatura sobre diferenças de gênero dentro dos estereótipos emocionais está baseada mais em crenças sobre a expressão emocional do que na intensidade da experiência emocional em si.

As pesquisas sobre expressividade costumam basear-se no relato de homens e mulheres quanto à própria expressividade emocional, em estudos de observação, e em crenças e estereótipos sobre expressividade emocional. Conforme Hutson-Comeaux e Kelly (2002), apesar de haverem diferenças na forma como homens e mulheres auto-reportam as experiências emocionais, estas diferenças não correspondem necessariamente a diferenças nos seus relatos da experiência emocional. De fato, pesquisas têm observado similaridades nos relatos de homens e mulheres quanto às experiências emocionais subjacentes. Por exemplo, ambos os sexos relatam sentirem-se tristes quando algo ruim acontece e sentirem-se felizes quando algo bom acontece. Além disso, ressaltam Hutson-Comeaux e Kelly, alguns estudos sobre a relação entre expressividade emocional e experiência entre homens e mulheres tem encontrado diferenças de gênero somente na expressividade e não na experiência.

De acordo com Hutson-Comeaux e Kelly (2002), os estereótipos sobre gênero e expressividade emocional podem ser ao mesmo tempo poderosos e potencialmente danosos. Regras sociais sobre como, quando, onde e quais emoções devem ser expressas correspondem bastante aos estereótipos emocionais de gênero. Pesquisas têm apontado que crenças e expectativas podem – e geralmente o fazem – influenciar as interpretações que se faz do comportamento dos outros. Por isso, acredita-se que as pessoas interpretem as expressões emocionais de forma a serem condizentes com os estereótipos, ou podem reagir negativamente com aqueles que violam tais estereótipos e positivamente com os que são fiéis a estes. De fato, ocorrem sanções sociais negativas aos indivíduos que apresentam expressões emocionais muito diferentes, em qualidade ou quantidade, do que é socialmente esperado (Hutson-Comeaux e Kelly, 2002).

Apesar dos estereótipos sobre emocionalidade de gênero poderem afetar a forma como os homens e as mulheres avaliam as expressões emocionais, não tem se observado, segundo Hutson-Comeaux e Kelly (2002), muitas pesquisas sobre a

avaliação social das expressões emocionais de homens e mulheres. Dentre as pesquisas existentes, destaca-se a de Kelly e Hutson-Comeaux (2000 *apud* Hutson-Comeaux e Kelly, 2002), na qual investigaram a hipótese do *double-bind*⁹, pedindo aos participantes que avaliassem as respostas emocionais de homens e mulheres a eventos emocionais de tristeza, alegria e raiva, constataram que o *double-bind* na realidade existe para ambos os sexos, particularmente em contextos interpessoais. Observou-se que independente da forma com os sujeitos reagem, seja atendendo ao estereótipo emocional ou contrariando-o, eram avaliados negativamente. Sob esta perspectiva, Hutson-Comeaux e Kelly (2002), concluíram que a resposta emocional inconsistente com o estereótipo emocional de gênero seria um indicador mais válido da experiência emocional subjacente de alguém, do que a resposta emocional consistente com estereótipo emocional de gênero, que seria socialmente programada.

Apesar de muitos estudiosos atribuírem as diferenças de expressividade entre homens e mulheres aos estereótipos de gênero, Hess et al. (2000) hesitam em fazê-lo. Para eles, a expressividade emocional depende tanto dos detalhes da situação social quanto de fatores de personalidade, como tem sido ressaltado em muitas pesquisas. Eles alegam ainda que apesar dos estereótipos de gênero em geral e autodescrições globais sugerirem uma grande diferença na expressividade entre homens e mulheres, são poucas as diferenças observadas em auto-relatos de eventos específicos.

Para Jakupcak et al. (2003), no entanto, as diferenças emocionais entre os gêneros são menor do que sugerem os estereótipos, provavelmente devido à variabilidade de respostas emocionais dentro dos grupos de gênero. Para os autores são poucas as pesquisas que estudam a variabilidade emocional intragrupo para cada gênero.

O número de modelos psicológicos que enfatizam a importância das reações individuais às próprias experiências internas ou emocionais tem aumentado. Greenberg e Safran (1987), por exemplo, sugerem que as respostas emocionais podem ser discriminadas em dois níveis: primário e secundário. O nível primário de respostas emocionais concerne às reações afetivas que incluem a integração de

⁹ Termo introduzido por G. Bateson, em 1956, e traduzido em português por “duplo vínculo”. Designa uma situação em que um indivíduo ou grupo está submetido a duas exigências contraditórias, de tal modo que a obediência a uma acarreta a violação da outra (Doron e Parrot, 1998).

informações perceptivas e sensoriais, contém componentes de sensações corpóreas, e representa adaptações a circunstâncias ou situações específicas. Trata-se de reações emocionais – medo, raiva, tristeza – que são provocados por alguns estímulos – reações de sobrevivência, a perda de entes queridos – e mensuradas pela intensidade da resposta. As respostas emocionais secundárias referem-se às reações individuais aprendidas com a experiência das respostas emocionais primárias, como o medo de vivenciar medo, ou sentimentos de ansiedade em resposta a experiências de raiva.

A maioria das pesquisas sobre estereótipos emocionais de gênero é baseada no estudo de estados emocionais primários, como as investigações sobre a frequência da experiência de certas emoções presentes nos auto-relatos, ou as crenças concernentes à frequência com que cada uma dessas emoções é experimentada; ou as apurações de certos modos de ação para tais estados puros, como em estudos sobre reações de choro quando com raiva (Jakupcak et al., 2003; Hess et al., 2000).

Contudo, observam Hess et al. (2000), os estados emocionais puros são raros, já que a maioria das situações emocionais elicia mais de uma emoção. Para eles, este fato levanta a hipótese de que os estereótipos de gênero emocionais, além de acarretarem diferenças na expressão da emoção principal (ex.: tristeza diante de uma perda material), podem provocar diferenças nas emoções secundárias presentes (ex.: raiva e culpa). Provavelmente, a presença ou ausência das emoções secundárias em um contexto particular tem implicações importantes na forma como o indivíduo enfrenta a situação. Por isso, os autores sugerem que os estudos sobre estereótipos emocionais deveriam focar não apenas as emoções centrais, mas também realizar uma análise das emoções secundárias que se espera que sejam eliciadas nos homens e nas mulheres.

O que define as emoções para a maioria dos teóricos são os sentimentos que elas suscitam, ou seja, é a experiência subjetiva. Isto inclui presumivelmente sensações físicas, e outros sentimentos que são conseqüentes das várias mudanças de respostas que ocorrem unicamente para cada emoção. No entanto, acessar a experiência subjetiva é hoje o maior desafio no estudo das emoções. Os métodos comumente utilizados, como questionários e entrevistas, levam a pessoa a falar sobre uma experiência passada ou irreal, ou seja, algo que ela não está vivenciando no exato momento, suspeitando-se assim da fidedignidade dos dados

fornecidos (Ekman, 1999; Shields, 2000).

A representação de qualquer experiência emocional nunca é igual à experiência emocional originária, pois qualquer representação decorre de uma série de julgamentos. Do mesmo modo, como o observador, ao avaliar o comportamento expressivo ou respostas fisiológicas de alguém, realiza diversos julgamentos sobre tudo que consegue perceber e mensurar da situação. Tais relatos permitem, segundo Shields, por exemplo, compreender como indivíduos constroem avaliações de si através de suas vidas emocionais; e revelar o poder da linguagem em representar para o indivíduo e para os outros o que é emoção e o seu significado.

Por fim, considerando a conexão entre emoção e gênero, aqui explicitadas, salienta-se como as representações das emoções – linguagem emocional, crenças sobre emoções – precisam ser incorporadas aos modelos psicológicos, investigando-se a forma como as pessoas usam as informações emocionais; e o quanto crenças emocionais e comportamentos participam na formação e performance da identidade de gênero. Pesquisas que investiguem o significativo papel da emoção na construção da identidade de gênero tornam-se importantes para melhor esclarecer a relação entre gênero e emoção.